

RECOMENDAÇÃO

Considerando que:

- 1.** O relatório da auditoria do Tribunal de Contas de 2022 evidencia e aponta a fragilidade muito significativa, da generalidade dos métodos de financiamento utilizados pelas autarquias para apoiar as Associações Humanitárias de Bombeiros,
- 2.** A implementação de um método de financiamento deve contribuir para uma melhor gestão dos recursos municipais e para o fortalecimento das Associações Humanitárias de Bombeiros,
- 3.** A adoção destas medidas deverá também assegurar a sustentabilidade das Associações, pois só deste modo se podem preparar para responder às potenciais emergências do território,
- 4.** Tal método deverá garantir equidade, por forma a ir ao encontro das reais necessidades e das especificidades de cada uma das Associações Humanitárias,
- 5.** É imperativo garantir transparência e eficácia, na atribuição de fundos públicos,
- 6.** E considerando por fim, que o Tribunal de Contas recomenda vivamente que o apoio financeiro às Associações seja efetuado através de uma fórmula por si desenvolvida, que pondera diversos critérios a que atribui pesos diferentes,

A Assembleia Municipal de Benavente, reunida em Sessão Ordinária, em 12 de dezembro de 2024, ao abrigo do Art.º 25, nº 2 alíneas a) e k) da Subsecção I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Benavente que implemente de imediato, sem alterações, a fórmula e os critérios desenvolvidos pelo Tribunal de Contas como regra de financiamento às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Benavente e de Samora Correia e que a incorpore num regulamento municipal que venha a elaborar.

Benavente, 12 de dezembro de 2024

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE



A presente Recomendação foi apresentada pelo Grupo Municipal do PS, na 1ª reunião da sessão ordinária de dezembro, realizada no dia 12 de dezembro de 2024, tendo sido aprovada por maioria, com 8 votos a favor, sendo 5 do PS e 3 do CHEGA, e 14 abstenções, sendo 8 da CDU e 6 do PSD. Os eleitos Irina Batista, da CDU, Dora Morgado, do PSD, e Bruno Nepomuceno, da CIMB, pediram escusa de votação.